



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTE (CMDCA)
SANTA CRUZ DO ARARÍ-MARAJÓ/PA
LEI MUNICIPAL Nº431/2023

RESOLUÇÃO Nº 001/2023–CMDCA/SCA

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL
PARA PROCESSO DE ESCOLHA DOS
MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
DE SANTA CRUZ DO ARARI DISPÕE E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santa Cruz do Arari, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e na Lei Municipal n.431/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Santa Cruz do Arari, sendo composto de 6 (seis), conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§ 1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha para membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau, inclusive.

§ 2º Caso algum membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente venha a se tornar impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integram a Comissão Especial os seguintes conselheiros:

- I- KLEYTON PEREIRA LEAL, representante da sociedade civil;
- II- MARIA DE LOURDES FEIO AMADOR, representante da sociedade civil;
- III- ROSINETE DOS REIS PEREIRA, representante sociedade civil;
- IV- EDIENE PAMPLONA BENTES, representante governamental;



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTE (CMDCA)
SANTA CRUZ DO ARARÍ-MARAJÓ/PA
LEI MUNICIPAL Nº431/2023**

-
- V- EVERTON JOSE MONTEIRO SACRAMENTA, representante governamental
- VI- LAILSON BENTES DA CRUZ – representante governamental

Parágrafo único: A Comissão Especial deverá, entre os seus membros, eleger um Coordenador.

Art. 3º Compete à comissão especial analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendes inscritos, facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5(cinco) dias, contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 1º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Especial:

- I- Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação da defesa;
- II- Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- III- Comunicar ao Ministério Público.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial caberá recurso à plenária do conselho municipal dos direitos da criança e adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único. Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º Atribuições da Comissão Especial:

- I- Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTE (CMDCA)
SANTA CRUZ DO ARARÍ-MARAJÓ/PA
LEI MUNICIPAL Nº431/2023**

-
- II- Estimular e facilitar o encaminhamento de notificações de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- III- Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- IV- Providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;
- V- Escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
- VI- Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- VII- Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- VII- Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;
- VIII- Resolver os casos omissos.
- Art. 6º** A comissão especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo conselho municipal dos direitos da criança e adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.
- Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Santa Cruz do Arari, 13 de fevereiro de 2023.

Kleyton Pereira Leal
KLEYTON PEREIRA
Assinado de
forma digital por
KLEYTON PEREIRA
LEAL:86 630 6272
LEAL:8604630627
2
KLEYTON PEREIRA LEAL
Presidente do CMDCA